

Constituinte acaba com 'marajás'

Foto de Ricar

do
BRASÍLIA — O plenário da Constituinte aprovou ontem dispositivos para impedir o surgimento de "marajás" na administração pública: os vencimentos dos servidores não poderão ser superiores aos dos membros do Congresso Nacional, Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Estado e seus correspondentes nos Estados e, nos Municípios, ao que recebe o Prefeito. Também foi aprovada a possibilidade de a iniciativa popular apresentar projetos de lei à Câmara Municipal, bastando recolher assinaturas de 5 por cento do eleitorado local.

do que a lei ordinária deverá fixar o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração. Como parâmetro, será utilizado o valor do vencimento recebido pelos membros dos três Poderes.

Também ficou proibida a vinculação ou equiparação de vencimentos entre os servidores. A lei ordinária deverá assegurar aos servidores da administração direta a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre os de servidores dos três Poderes.

A partir da promulgação do novo texto, os vencimentos nos Poderes Legislativo e Judiciário deverão ser inferiores aos pagos pelo Executivo, de acordo com o inciso 12 do artigo 38. No inciso 11 do mesmo artigo, ficou estabeleci-

Também foi assegurada a aposentadoria integral ao servidor que, por acidente em serviço, tenha ficado inválido ou contraia moléstia profissional, doença grave, contagiosa ou incurável, que serão especificadas em lei.

Congresso legislará sobre finanças

24 AGU 1988
BRASÍLIA — A Constituinte aprovou ontem a Seção referente às novas atribuições do Congresso Nacional, que terá poderes para emendar o orçamento da União e as propostas do Governo sobre sistema tributário; matéria financeira, cambial e monetária; captação e garantia da poupança; e emissão de moeda. Outros dispositivos tiveram a votação adiada, inclusive a emenda que permitiria a reeleição do Deputado Ulysses Guimarães na Presidência da Câmara.

ções de desconfiança e de censura a Ministros de Estado, com a segunda implicando exoneração.

Foi derrubada proposta do Senador José Richa (PSDB-PR), que suprimia a exigência de voto proporcional nas eleições para a Câmara, para facilitar a adoção do voto distrital. Também foi rejeitada emenda do Deputado Siqueira Campos (PDC-GO), pela qual caberia ao Senado suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Atualmente, esse tipo de decisão beneficia apenas o autor do processo, cabendo aos demais interessados recorrer posteriormente para obter os mesmos proventos.

O poder de emendar o orçamento da União é uma das mais importantes conquistas de prerrogativas alcançada pelo Legislativo. O Congresso poderá legislar, também, sobre os sistemas tributário e de arrecadação, o Plano Plurianual, a dívida pública, a fixação e a modificação do efetivo das Forças Armadas, planos de desenvolvimento, a criação e a extinção de cargos e a organização do Ministério Público.

O plenário derrubou, ainda, proposta do Deputado Joaci Góes (PMDB-BA), que desejava a votação das emendas constitucionais em turno único, igualando o voto de deputados e senadores, e não separadamente, em cada Casa, como ocorre hoje.

O plenário derrubou dois dispositivos aprovados no primeiro turno, dentro da emenda presidencialista, que instituíam mo-

Em outra votação, foi mantida a exigência de maioria absoluta para as deliberações de cada Casa do Congresso.

Confirmada aposentadoria de professores aos 25 e 30 anos

BRASÍLIA — A Constituinte confirmou, ontem, o texto do primeiro turno que garante aos professores da rede pública de ensino aposentadoria com proventos integrais, aos 25 anos para mulheres e aos 30 anos para homens. Com a rejeição de emenda do Deputado Almir Gabriel, o benefício atinge, também, os professores das universidades públicas, mas não o magistério da rede privada de ensino superior.

Em acordo, as lideranças unificaram em 1º de janeiro a posse de prefeitos, governadores e Presidente da República, três meses após as eleições, mas o texto foi destacado para votação posterior, sobre os dois turnos. O acordo foi proposto pelo Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que tentará facilitar a tramitação de emenda fixando a data unificada já para o sucessor do Presidente Sarney.